



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital n°: **0006752-51.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **ALESSANDRA RODRIGUES DE ALMEIDA**
 Requerido: **GIOVANI RODRIGO LUZIA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei n° 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter vendido uma motocicleta ao réu pelo valor de R\$ 1.000,00, comprometendo-se ele a realizar a transferência para o seu nome.

Alegou ainda que o réu não o fez, tomando ciência recentemente da existência de débito atinente ao veículo – e referente a período posterior à venda levada a cabo.

Almeja à condenação do réu ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em realizar a transferência da motocicleta para o nome dele, arcando com a dívida aludida.

O réu em contestação reconheceu a aquisição da motocicleta em apreço, mas ressaltou que havia uma dívida de R\$ 800,00 atinente à mesma.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Salientou que entregou à autora R\$ 1.000,00, assumindo ela a obrigação de acertar tal dívida, o que entretanto não aconteceu.

A explicação do réu é inverossímil, além de como sói acontecer não ter sido respaldada por elementos consistentes.

Com efeito, em momento algum restou positivada a dívida de R\$ 800,00 sobre a motocicleta à época de sua venda ao réu.

Ainda que ela atinasse à documentação para a respectiva transferência (a despeito de igualmente não estar patenteada), careceria de lógica sua alienação por apenas R\$ 200,00, correspondente à diferença entre a suposta dívida de R\$ 800,00 e o preço pago pelo réu (R\$ 1.000,00).

Como não foi impugnada a alegação de que a motocicleta valeria em torno de R\$ 2.500,00, poder-se-ia conceber quando muito que o réu arcaria com o necessário para a transferência (em torno de R\$ 800,00), o que, aliás, é o que se dá via de regra em situações afins, perfazendo a venda então R\$ 1.800,00, mais próximo de seu valor de mercado.

Já o depoimento da testemunha Michele Rodrigues de Almeida há de ser encarado com reservas naturais, seja por sua condição subjetiva (mulher do réu), seja porque carece de lógica a autora vender a motocicleta e permanecer com a documentação sem que o réu sequer cogitasse de sua transferência.

De qualquer sorte, como a obrigação em realizar a transferência do veículo é do comprador (art. 123, § 1º, do CTB), e como é incontroverso que o réu não a implementou, sua condenação a isso é de rigor.

Ressalvo, quanto ao assunto, que inexistente comprovação mínima de que o réu a seu turno também tivesse vendido a motocicleta, de sorte que o acolhimento do pedido no particular não importa ao que consta em prejuízo a nenhuma situação concreta.

Solução diversa aplica-se ao pedido para o réu responder desde já pelas dívidas incidentes sobre o veículo desde sua venda.

Além do que prevê o art. 134 do CTB a propósito do assunto, ele concerne a credores que não fazem parte do processo e que em consequência não poderão ser afetados pela decisão a ser porventura aqui prolatada.

A autora haverá de em via própria provocar a discussão sobre o tema, buscando o ressarcimento pelo que eventualmente despende ou a condenação do réu diretamente para que o faça, hipótese em que a presença dos respectivos credores no feito será indispensável.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a transferir para o seu nome a motocicleta indicada nos autos no prazo de dez dias, contados da intimação da presente e independentemente do seu trânsito em julgado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Ressalvo desde já que na hipótese de descumprimento pelo réu da obrigação imposta deverá ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo diretamente para o réu.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 12 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**